



COPRA/CODES/DOCUMENTOS PRIVADOS
FUNDO FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO
FEMININO
CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR AN,RIO Q0.ADM,CPA,VFE,TXT.1,V.7

238

Assembléa Legislativa

PROJECTO N. 6

A Assembléa Legislativa do Estado de S. Catharina.

DECRETA:

Art. 1.—A todas as pessoas do sexo feminino, com os requisitos exigidos aos homens para se alistarem eleitores, são reconhecidos os direitos de voto e de elegibilidade nas eleições realizadas por lei deste Estado.

Art. 2.—Nas eleições estaduais, municipais e de juizes districtaes votarão os eleitores alistados na formidade da legislação eleitoral federal e pelas listas de chamada utilizadas nas eleições federaes, e, em seguida, as mulheres alistadas de accordo com a presente Lei, as quaes farão parte de uma lista suplementar.

Art. 3.—Revogam-se as disposições em contrario.

S. s. da Assembléa Legislativa de S. Catharina, 20 de Agosto de 1930

Dorval Melchiades

JUSTIFICACÃO

Considerando que a Constituição Federal, em o art. 70 § 1, expressamente estipulou quaes os individuos que não poderiam alistar-se eleitores e entre elles não se consignam as mulheres, facto que é reproduzido no art. 26 *in fine* da supra dita Constituição;

Considerando que: a) «o que a lei expressamente não prohibe, permite»; b) todos são iguaes perante a Lei; e c) «onde dá-se a mesma razão applica-se a mesma disposição»;

Considerando que os termos constitucionaes: «brasileiros» e «cidadãos brasileiros» são synonymos e nelles estão comprehendidas as mulheres, como se vê dos seguintes arts: «69—São cidadãos brasileiros: 1. Os nascidos no Brasil..», e «ninguém poderá negar que as mulheres nascidas no Brasil sejam brasileiras»; «72—A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no Paiz a inalienabilidade do direito de votar e de fazer. quem poderá dizer que de tal garantia constitucional não gozam as mulheres?»; «73—Os cargos publicos ci-

vis, ou militares, são accessiveis a todos os brasileiros, *observadas as condições de capacidade especial*, que a lei estatuir..» em cuja phrase: «a todos os brasileiros» o Poder Executivo já reconheceu estarem as mulheres incluídas tanto que as admitiu ao provimento dos cargos publicos;

Considerando que não é razoavel que as mulheres, com direitos politicos reconhecidos (exercicio de cargos publicos compatíveis com o seu sexo) gozem n'os *in-partibus*, não podendo concorrer com os seus votos para a direcção dos negocios publicos;

Considerando que a accepção da palavra—povo—constante do seguinte artigo constitucional: «28—A Camara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos...» é a—«conjuncto de pessoas que formam uma Nação» e uma nação não é composta somente de homens;

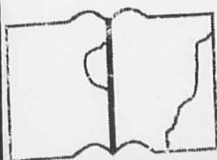
Considerando que, blasonando nós—termos a Constituição mais liberal do mundo, não devemos como Republica Democratica ficar em posição inferior a monarchias, como a Inglaterra, na qual as mulheres são alistaveis e elegiveis;

Considerando que o art. 78 da supra mencionada Constituição estatue: «A especificação das garantias e direitos expressos na Constituição não exclue outras *garantias e direitos não enumerados*, mas resultantes da *forma de governo* que ella estabelece e dos *principios* que consigna»;

Considerando que tudo milita a favor do direito de voto ás mulheres, desde o principio republicano do—*suffragio universal* até a incoherencia de que mulheres de alto cultivo intellectual não podem intervir nos destinos da Nação, mas qualquer homem boçal, desde que rabisque o nome, o poder de fazer.

trago á consideração da Assembléa Legislativa o projecto supra.

Dorval Melchiades



Assembléa Legislativa

PROJECTO N. 6

A Assembléa Legislativa do Estado de S. Catharina.

DECRETA: *observadas as condições de*

Art. 1.ª—A todas as pessoas do sexo feminino, com os requisitos exigidos aos eleitores, são reconhecidos os direitos de voto e de elegibilidade nas eleições regidas por lei desse Estado.

Art. 2.ª—Nas eleições estaduais, municipais e de juizes districtaes votarão os eleitores alistados na formidade da legislação eleitoral federal e pelas listas de chamada utilizadas nas eleições federaes, e, em seguida, as mulheres alistadas de accordo com a presente Lei, as quaes farão parte de uma lista suplementar.

Art. 3.ª—Revogam-se as disposições em contrario.

S. s. da Assembléa Legislativa de S. Catharina, 20 de Agosto de 1930

Dorval Melchades

JUSTIFICAÇÃO

Considerando que a Constituição Federal, em o art. 70 § 1.º, expressamente estipulou quaes os individuos que não poderiam alistar-se eleitores e entre elles não se consignam as mulheres, facto que é reproduzido no art. 26 *in fine* da supra dita Constituição;

Considerando que: a) «o que a lei expressamente não prohibe, permite»; b) todos são iguaes perante a Lei; e c) «onde dá-se a mesma razão applica-se a mesma disposição»;

Considerando que os termos constitucionaes: «brasileiros» é «cidadãos brasileiros» são synonymos, e nelles estão comprehendidas as mulheres, como se vê dos seguintes arts: «69—São cidadãos brasileiros: 1. Os nascidos no Brasil...», e «72—A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no Paiz a inviolabilidade de direitos...», e quem poderá dizer que de tal garantia constitucional não gozam as mulheres? «73—Os cargos publicos ci-

vis, ou militares, são accessíveis a todos os brasileiros,

observadas as condições de

lei estatuir...» em cuja phrase o Poder Executivo já reconheceu estarem as mulheres incluídas tanto que as admitiu ao provimento dos cargos publicos;

Considerando que não é razoavel que as mulheres, com direitos politicos reconhecidos (exercício de cargos publicos compatíveis com o seu sexo) gozem n'os *in-partibus*, não podendo concorrer com os seus votos para a direcção dos negocios publicos;

Considerando que a accepção da palavra—povo—constante do seguinte artigo constitucional: «28—A Camara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos...» é a—«conjuncto de pessoas que formam uma Nação» e uma nação não é composta sómente de homens;

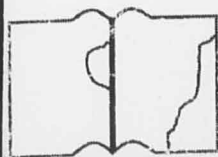
Considerando que, blasomando nós—termos a Constituição mais liberal do mundo, não devemos como Republica Democratica ficar em posição inferior a monarchias, como a Inglaterra, na qual as mulheres são alistaveis e elegiveis;

Considerando que o art. 78 da supra mencionada Constituição estatue: «A especificação das garantias e direitos expressos na Constituição não exclue outras garantias e direitos não enumerados, mas resultantes da forma de governo que ella estabelece e dos principios que consigna»;

Considerando que tudo milita a favor do direito de voto ás mulheres, desde o principio republicano do *suffragio universal* até a incoherencia de que mulheres de alto cultivo intellectual não podem intervir nos destinos da Nação, mas qualquer homem boçal, desde que rabisque o nome, o po-

trago á consideração da Assembléa Legislativa o projecto supra.

Dorval Melchades



TEXTO DETERIORADO E/OU
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA

Damaged text.
Wrong binding

Está em foco o ante-projecto de lei eleitoral, ultimamente elaborado pela comissão legislativa, que concede á mulher brasileira os direitos politicos e vem affirmar verdadeiramente democrata o Governo Provisorio.

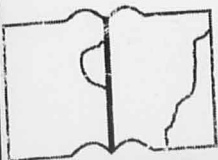
Como foi dito com acerto, por uma das mais illustres pleiteadoras do voto feminino entre nós, não depende do problema politico a "cura infalivel dos males da humanidade".

Temos, em nossa terra, problemas outros a resolver e somente da solução de todos elles, poderá resultar a perfeita organização do paiz.

O problema economico, que domina as modernas civilizações, que delle esperam a solução, não só das questões de ordem interna como dos conflictos de character internacional, é para nós, como todos sabem de importancia capital, exigindo orientação firme e segura no sentido de deixarmos de ser aos olhos do mundo um paiz de magnificas possibilidades. O problema educacional, não logrou ainda solução satisfactoria, perdido na vastidão de um territorio onde se agglomeram massas de analphabetos inconscientes de seus deveres de cidadãos. O problema religioso, desprezado muitas vezes pelos sociologos, ^{mas} considerado nos paizes organizados como elemento imprescindivel de formação espiritual, apresenta-se no Brasil, tradicionalmente formado sob a doutrina da Igreja catholica, ~~como affirmado e documentado a historia~~ ^{documentado pela historia} como factor unificador por excellencia de nossa nacionalidade. Não se pode pensar em construir o monumento do futuro, sem o pedestal da tradição de uma historia dignificadora.

Sem perder de vista o problema politico, consideremos que á acção da mulher, como collaboradora efficiente do homem amplamente affirmada em todas as civilizações, cabe papel importante no enfrentar e solucionar as tremendas difficuldades da raça em formação. Os direitos politicos virão dar-lhes consciencia maior do dever de cooperar na tarefa grandiosa de concorrer para que seja dado o Brasil, o devido logar entre as nações civilizadas.

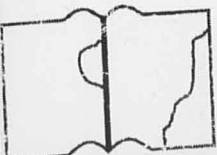
Decididamente devotada ás grandes causas, ^{formadora de consciencias no país} ~~interessada pelo problemas~~ ~~sociaes~~, pioneira do combate ás tendencias viciosas que ameaçam os povos modernos, disposta sempre a pôr a sua energia ao serviço ~~dos ideaes~~ ^{dos ideaes} humanitario ~~propaganda ardorosa dos principios pacifistas~~, é fóra de duvida que a sua entrada no scenario politico, constitue um "elemento renovador" exigido pela evolução, que se vai processando no sentido de resolverem os povos as difficuldades internas como as questões internacionaes pelos meios conciliatorios.



Se o ante-projecto da lei eleitoral estabelecesse restricções, para ambos os sexos, no sentido de exigir dos eleitores o voto independente e consciente, traria, talvez, motivo de jubilo aos que desejam ver as falhas do antigo regimen. Não sendo assim, é justo que seja reconhecida a " igualdade juridica dos sexos ", adquirindo a mulher direitos politicos, que lhe permitam uma collaboração integral na obra de reconstrucção, que deve ser agora a preocupação maxima de todo o brasileiro consciente de seus deveres.

Antonio Carlos de Almeida

Rey Coelho - 6.0502



TEXTO DETERIORADO E/OU
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA
Damaged text
Wrong binding

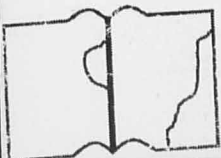
Está em foco o ante-projecto da lei eleitoral, ultimamente elaborado pela comissão legislativa, que concede á mulher brasileira os direitos politicos e vem affirmar verdadeiramente democrata o Governo Provisorio.

Como foi dito com acerto, por uma das mais illustres pleiteadoras do voto feminino entre nós, não depende do problema politico a "cura infallivel dos males da humanidade".

Temos, em nossa terra, problemas, outros a resolver e somente da solução de todos elles, poderá resultar a perfeita organização do paiz.

O problema economico, que domina as modernas civilizações, que delle esperam a solução, não só das questões de ordem interna como dos conflictos de caracter internacional, é para nós, como todos sabem de importancia capital, exigindo orientação firme e segura no sentido de deixarmos de ser aos olhos do mundo um paiz de magnificas possibilidades. O problema educacional, não logrou ainda solução satisfactoria, perdido ~~ainda~~ na vastidão de um territorio onde se agglomeram massas de analfabetos inconscientes de seus deveres de cidadãos.

O problema religioso, desprezado muitas vezes pelos sociologos, ~~mas~~ considerados nos paizes organizados como elemento ^{apresenta-se} imprescindivel de formação espiritual, ^{no Brasil,} tradicionalmente formado sob a doutrina da Igreja catholica, como affirma e documenta a historia, ~~apresenta-se~~ como o factor unificador por excellencia de nossa nacionalidade. Não se pode pensar em construir o monumento do futuro, sem o pedestal da tradição de uma historia dignificadora.



TEXTO DETERIORADO E/OU
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA

Damaged text
Wrong binding

Dando o nosso voto aos representantes que mais fariam para a collectividade, pleiteando nos mesmas no Congresso ás reformas sociaes mais necessarias, deixariamos por isso de sermos mulheres ? Aquellas cuja feminilidade é tão superficial que o contacto com a vida desvirtuou, que se abstenham. Aquellas cujo instincto de maternidade ~~é~~ é demasiado forte para ir além do lar - que não atravessem o limiar - Ninguém as obrigará a votar.

Mas que não procurem barrar o caminho ás outras, mais mulheres e mais mães. Aquellas que não negando as differenças physio-psycho-logicas entre ellas e os homens aquellas que seguem as tradições femininas que collocam ~~ao~~ lado do homem a mulher.

A mulher que o auxiliou na prehistoria, na antiguidade, na idade media e na vida moderna, a mulher ainda na ultima guerra deu atraves a sua coragem, a sua energia o seu reconforto, a prova da sua solidariedade, a garantia da sua dedicação.

Chamada agora pela marcha da evolução da humanidade, a uma collaboration mais ampla a intervenção directa na legislação a reconhecer este novo direito que o homem começa ~~agora~~ a comprehender, poderá a mulher se furtar a esse novo dever ? Não.

A mulher que soube ser exorava, quando as condições da vida o tornaram necessario, que ~~agora~~ soube ser companheira, saberá ser cidadã. Levará collocando-se superior as contingencias eleitoraes, do momento as ambições da politicagem, a sua dignidade e a sua personalidade propria as urnas e ao Congresso e ali como em toda parte saberá manter o seu papel de inspiradora e conseguirá impor o seu Ideal.

2ª Via

60. 1000

Rio de Janeiro, 15 de Abril de 1931

Excellentissimo Senhor

Attenciosas saudações.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, orientadora do movimento femenino nacional organizado, cujos estatutos incluem entre as suas finalidades, a de:

- 6º - "Assegurar á mulher os direitos politicos que a nossa Constituição lhe confere e preparal-a para o exercicio intelligente desses direitos",

não póde permanecer estranha aos trabalhos dessa Comissão, encarregada de redigir o ante-projecto de Legislação Eleitoral. Certa de que o espirito esclarecido de V.Ex., se incluia favoravelmente ás reivindicações da justiça civica da mulher contemporanea, pedimos venia para documentar V.Ex. sobre o estado actual dos direitos politicos femininos no Brasil e no Estrangeiro.

O voto feminino teve o seu berço no estado, então territorio, norte-americano de Wyoming, que desde os tempos da primeira colonia deu voz activa ás deliberações politicas, tomadas em assemblea.

Em 1856, na occasião em que o Wyoming requereu lhe fosse conferida a categoria de Estado, o Governo Central ponderou-lhe ser

impossível acolher-o com o direito de voto ás mulheres, propondo que fosse cassado o mesmo.

Deante da resposta altiva do Wyoming que preferia continuar simples territorio do que ingressar para a União, sacrificando os direitos das pioneiras cujos esforços tinham egualado os dos homens na edificação da obra civilisadora daquella região desértica, o Poder Central viu-se obrigado a ceder. Effectuada a primeira brecha a Nova Zelandia e a Australia, assim como outras unidades federativas norte-americanas não tardaram em seguir o exemplo do Wyoming.

Os primeiros paizes europeus a adoptarem a reforma, foram os escandinavos, antes mesmo da conflagração europeia, sendo que á Finlândia coube a gloria de ser a patria da primeira mulher eleita para o Poder Legislativo.

A conflagração europeia, tão hedionda em todos os seus outros aspectos e tão funesta em suas consequencias de brutalidade e selvageria, teve uma unica feição redemptora - a emancipação da mulher. Facultando-lhe oportunidades que nunca antes fruíra, deu ao sexo feminino o ensejo de revelar a sua capacidade de acção constructora. E ao terminar a maior hecatombe da Historia, todas as grandes potencias nella envolvidas, exceptuando apenas a França, ultra-conservadora, emanciparam politicamente o sexo que demonstrára a sua maioridade intellectual e capacidade economica productora.

Actualmente a mulher exerce direitos politicos em 44 paizes, perfazendo 2/3 das nações autonomas, e o eleitorado feminino da terra equivaie a 160 milhões.

Ingressando para o eleitorado a mulher não tardou em ser eleita, sendo hoje figura componente dos Parlamantos dos paizes mais adeantados. As intendentes municipaes se contam aos milhares, as representantes estaduais ás centenas.

No Parlamento Britannico existem acima de dez representantes

femininas, incluindo uma Ministra e uma Sub-Secretaria de Estado, enquanto no Reichstag se approximam de cincoenta as senhoras eleitas por todos os partidos, principalmente os democraticos e os liberaes.

A Sra. Olga occupa a Vice-presidencia do Poder Legislativo Austriaco e na India a Sra. Sarojini Naidu, já substituiu, por varias vezes, Mahathma Ghandi na presidencia da Assembléa Nacional.

Vejamos agora a situação na America do Sul e no Brasil. Em 1928, foi instituido pela primeira vez num paiz latino-americano, o voto feminino, cabendo a oportunidade ao Brasil, cujo Estado do Rio Grande do Norte, por iniciativa do seu Presidente e deliberação da sua Assembléa o instituiu em artigo da lei estadual eleitoral, baseada na interpretação juridicamente correcta do texto da Constituição Federal. (vide: pareceres de Almeida Nogueira, Ruy Barbosa, Clovis Bevilacqua, Levi Carneiro, Tito Fulgencio e outros juristas de valor) e na interpretação evolutiva consagrada pela Sciencia Juridica, para attender aos progressos da civilisação.

Varios estados mexicanos adoptam esta orientação. Costa Rica acaba de dar o exemplo do voto feminino na America Central.

Annexos, enviamos a V.Ex. em mappa do mundo que amplia o alcance do mappa da Europa, divulgado há dois annos pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e adoptando as reformas mais modernas, ao mappa-mundi organizado pela associação feminina congenera do Uruguay, neste se acham indicados, symbolicamente em branco os paizes cujas mulheres votam, e em negro os paizes cuja população feminina ainda se vê excluida de prestar a sua collaboração constructora e efficiente á politica nacional. A alvura da Europa, a Norte-America, a Oceania e quasi todo o Oriente, contrastam dolorosamente com a escuridão da maior parte da Africa e da quasi totalidade da America do Sul.

Confiantes na acolhida que V.Ex. dispensará á nossa iniciativa,

completaremos gradualmente a documentação.

Prevalecendo-nos do ensejo, enviamos a V.Ex. os protestos do
nosso elevado apreço e mui distinta consideração.

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 1931

*Carta do Departamento
de Acção Política*

Excellentíssimo Senhor

Dr. Assis Brasil,

D.D. Embaixador do Brasil em Buenos Aires

e Membro da Sub-Comissão de legislação eleitoral

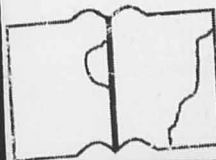
Attenciosas saudações.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, orientadora do movimento feminino nacional organizado, cujos estatutos incluem entre as suas finalidades, a de:

6º - "Assegurar á mulher os direitos politicos que a nossa Constituição lhe confere e preparal-a para o exercicio intelligente desses direitos",

não pôde permanecer estranha aos trabalhos dessa Sub-Comissão, encarregada de redigir o ante-projecto de Legislação Eleitoral. Certa de que o espirito esclarecido de V.Ex. se inclina favoravelmente ás reivindicações de justiça cívica, da mulher contemporanea, pedimos venia para apresentar documentação sobre o estado actual dos direitos politicos femininos no Brasil e no Estrangeiro.

O voto feminino teve o seu berço no Estado, então território, norte-americano de Wyoming, que desde os tempos da primeira colonia deu voz activa a ambos os sexos nas deliberações politicas, tomadas em assembléa. Em 1856, na occasião em que o Wyoming requereu lhe fosse conferida a categoria de Estado, o



TEXTO DETERIORADO E/OU
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA
Damaged text.
Wrong binding

Governo Central ponderou ser impossível acolhel-o com o direito de voto ás mulheres, propondo que fosse cassado o mesmo.

Deante da resposta altiva do Wyoming de que preferia continuar simples territorio do que ingressar para a União sacrificando os direitos das pioneiras, cujos esforços tinham egualado os dos homens na edificação da obra civilisadora daquelle região desertica, o Poder Central viu-se obrigado a ceder.

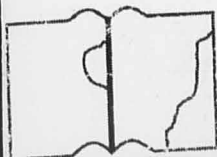
Effectuada a primeira brecha, a Nova Zelandia e a Australia, assim como outras unidades federativas norte-americanas, não tardaram em seguir o exemplo do Wyoming.

Os primeiros paizes europeós a adoptarem a reforma, foram os escandinavos, antes mesma da guerra, sendo que á Finlandia coube a gloria de ser a patria da primeira mulher eleita para o Poder Legislativo.

A Guerra mundial teve como feição redemptora a emancipação da mulher. Facultando-lhe oportunidades que nunca antes fruira, deu ao sexo feminino o ensejo de revelar a sua capacidade de acção constructora. E ao terminar a maior hecatombe da Historia, todas as grandes potencias nella envolvidas, exceptuando apenas a França, ultra-conservadora, emanciparam politicamente o sexo que demonstrára a sua maioridade intellectual e capacidade economica.

Actualmente a mulher exerce direitos politicos em 44 paizes, perfazendo $\frac{2}{3}$ das nações autonomas; o eleitorado feminino da terra já equivale a 160 milhões.

Tornando-se eleitora, a mulher não tardou em ser eleita, sendo



Rio de Janeiro, 28 de Abril de 1931

Exm^o Snr. Professor

Dr. João Chrysostomo da Rocha Brasil.

Attenciosas saudações.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, orientadora do movimento feminino nacional organizado, cujos estatutos incluem entre as suas finalidades, a de:

6^o - "Assegurar á mulher os direitos politicos que a nossa Constituição lhe confere e preparal-a para o exercicio intelligente desses direitos",

não pôde permanecer estranha aos trabalhos dessa Sub-Commissão, encarregada de redigir o ante-projecto de Legislação Eleitoral, certa de que o espirito esclarecido de V.Ex. se inclina favoravelmente ás reivindicações de justiça civil, da mulher contemporânea, pedimos venia para apresentar documentação sobre o estado actual dos direitos politicos femininos no Brasil e no Estrangeiro.

O voto feminino teve o seu berço no Estado, então territorio, norte-americano de Wyoming, que desde os tempos da primeira colonia deu voz activa a ambos os sexos nas deliberações politicas, tendo

nadas em assembléa. Em 1856, na ocasião em que o Wyoming requereu lhe fosse conferida a categoria de Estado, o Governo Central ponderou ser impossível acolher-o com o direito de voto ás mulheres, propondo que fosse cassado o mesmo.

Deante da resposta altiva do Wyoming de que preferia continuar simples território do que ingressar para a União sacrificando os direitos das pioneiras, cujos esforços tinham egualado os dos homens na edificação da obra civilisadora daquella região desértica, o Poder Central viu-se obrigado a ceder.

Effectuada a primeira brecha, a Nova Zelandia e a Australia, assim como outras unidades federativas norte-americanas, não tardaram em seguir o exemplo do Wyoming.

Os primeiros paizes europeus a adoptarem a reforma, foram os escandinavos, antes mesmo da guerra, sendo que á Finlândia coube a gloria de ser a patria da primeira mulher eleita para o Poder Legislativo.

A Guerra mundial, tão hedionda em todos os seus outros aspectos e tão funesta em suas consequências, teve uma unica feição redemptora na emancipação da mulher. Facultando-lhe oportunidades que nunca fruíra, deu ao sexo feminino o ensejo de revelar a sua capacidade de acção constructora. E ao terminar a maior hecatombe da His-toria, todas as grandes potencias nella envolvidas, exceptuando apenas a França, ultra-conservadora, emanciparam politicamente o sexo que demonstrára a sua maioridade intellectual e capacidade economica.

Actualmente a mulher exerce direitos politicos em 44 paizes, por

fazendo 2/3 das nações autônomas; o eleitorado feminino da terra já equivale a 160 milhões.

Tornando-se eleitora, a mulher não tardou em ser eleita, sendo hoje figura componente dos Paramentos dos países mais adiantados. As intendentess municipais se contam aos milhares, as representantes estaduais às centenas. No Parlamento Britannico existem quinze representantes femininas, incluindo uma Ministra e uma Sub-Secretaria de Estado, enquanto no Reichstag se aproximam de cinquenta as senhoras eleitas por todos os partidos, principalmente os democraticos e os liberaes. Uma senhora occupa a Vice-presidencia do Senado Austriaco e na India a Sra. Sarojini Naidu, já substituiu, por vezes, Mahatma Ghandi na presidencia da Assembléa Nacional.

Vejamos agora a situação na America do Sul e no Brasil. Em 1928, foi concedido, pela primeira vez num país latino-americano, o voto feminino, cabendo a primazia ao Brasil, no Estado do Rio Grande do Norte, por iniciativa do seu Presidente e deliberação da sua Assembléa, o instituiu em artigo da lei eleitoral, baseada na interpretação juridicamente correcta do texto da Constituição Federal (vide pareceres de Almeida Nogueira, Ruy Barbosa, Clovis Bevilacqua, Levi Carneiro, Tito Fulgencio e outros juristas notaveis) e na interpretação evolutiva consagrada pela Sciencia Juridica, para attender aos progressos da civilização.

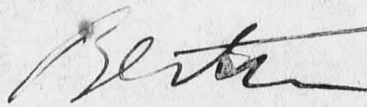
Varios estados mexicanos adoptam esta orientação. Costa Rica acaba de dar o exemplo do voto feminino na America Central.

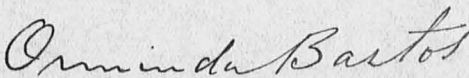
Annexos, enviamos a V.Ex. um mappa do mundo, que amplia o alcance do mappa da Europa, divulgado ha dois annos pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e adaptando as reformas mais mo-

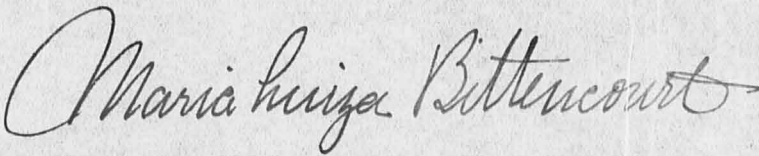
dernas, ao mappa-mundi organizado pela associação feminina congenero do Uruguay. Nelle se acham indicados, simbolicamente, em branco os paizes cuja população feminina ainda se vê excluida de prestar a sua collaboração constructora e efficiente á politica nacional. A alvura da Europa, da Norte-America, da Oceania e quasi todo o Oriente, contrastam dolorosamente com a escuridão da maior parte da Africa e da quasi totalidade da America do Sul.

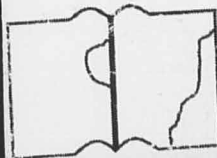
Confiantes na acolhida que V.Ex. dispensará á nossa iniciativa, pedimos venia para voltar mais tarde á presença de V.Ex. afim de completar gradualmente a documentação.

Prevalecendo-nos do ensejo, enviamos a V.Ex. os protestos do nosso elevado apreço e mui distincta consideração.


Presidente da Federação


Consultora jurídica


Secretarias da Comissão Legislativa



TEXTO DETERIORADO E/OU
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA
Damaged text.
Wrong binding

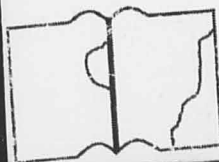
A Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, que ha dez annos orienta a campanha feminista nacional, organizada tem a subida honra de levar ao conhecimento de V. Ex. o intenso jubilo, com que recebeu a auspiciosa noticia da inclusão da mulher brasileira no conceito de cidadão.

Em nome das associações femininas federadas que a constituem e da mulher brasileira, transmite a V. Ex. os seus agradecimentos os mais sinceros pelo apoio generoso dado a uma das suas maiores aspirações.

A Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino estudará e meditará cuidadosamente os despositivos do projecto. Mais ainda empregará todos os meios ao seu alcance para que as suas associadas, associações filiaes e federadas e a mulher brasileira individualmente, tambem estudem e meditem o alcance dos seus novos deveres civicos.

Terminado o estudo auscultados os anhelos das nossas patriotas, prevalecendo-nos da orientação liberal que offerece o ante-projecto ao exame da opinião publica, pediremos ~~uma~~ para apresentar a V. Ex. algumas considerações sobre a amplitude relativa e a situação comparada dos cidadãos dos dois sexos no projecto de lei. Confessamos contudo a nossa aspiração mais elevada o de vermos contempladas todas as classes femininas capazes e desejosas de contribuirem com o seu voto consciente e bem intencionados para a prosperidade e o progresso do Brasil.

Reiterando os nossos agradecimentos apresentamos a V. Ex. os nossos protestos de elevada apreço e distincta consideração.



FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

(ASSOCIAÇÕES FEMININAS FEDERADAS)

"Viribus unitis"

AV. RIO BRANCO, 111 - SALA 608
TELEPH. 3-5657

Rio de Janeiro, em 12 de Dezembro de 1931

Exmo. Sr. Dr. Assis Brasil

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tem a elevada honra de passar às mãos de V.Ex. as inclusas sugestões sobre o ante-projecto do alistamento eleitoral, aprovadas em sessão da directoria e relativas ao voto feminino, cuja extensão pleiteamos nos termos da emenda ora offerecida á alta consideração de V.Ex.

Esperando que V.Ex. dispensará ao assumpto a attenção que elle merece, valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhe os nossos protestos do mais profundo respeito.

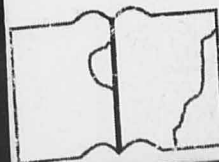
Presidente

Vice-presidente

Secretarias

Thesoureira

Consultora juridica



TEXTO DETERIORADO E/OU
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA
Damaged text
Wrong binding

Exo Sr Dr Getulio Vargas. Chefe Do Governo Provisorio

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tem a elevada honra de passar as mãos de V. Ex. as inclusas sugestões sobre o ante projecto do alistamento eleitoral, aprovadas em sessão da Directoria e relativas ao voto feminino, cuja extensão pleiteamos, nos termos da emenda ora offerecida á alta consideração de V.Exa.

Esperando que V.Exa. dispensará ao assumpto a attenção que elle merece, valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhe os nossos protestos do mais profundo respeito.

(aa) Bertah lutz, presidente
Carman Velasco Portinho, Vice-P
Maria Eugenia Celso- Vice-
presidentes
Alice Pinheiro Coimbra, Ignez
D. Matthiensen e Marina Bandeira
de Oliveira - Secretarias
Georgina Barbosa Vianna, Edith
Franenkel - Thesoureiras.
Orminda Bastos - Consultora Ju-
ridica.

EMENDA AO

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

(ASSOCIAÇÕES FEMININAS FEDERADAS)

"Viribus unitis"

AV. RIO BRANCO, 111 - SALA 608
TELEPH. 3-5657

Rio de Janeiro, em 12 de Dezembro de 1931

Chefe
Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, ~~Presidente~~ do Governo Provisorio

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tem a elevada honra de passar ás mãos de V.Ex. as inclusas sugestões sobre o ante-projecto do alistamento eleitoral, approvadas em sessão da directoria e relativas ao voto feminino, cuja extensão pleiteamos nos termos da emenda ora efferecida á alta consideração de V.Ex.

Esperando que V.Ex. dispensará ao assumpto a attenção que elle merece, valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhe os nossos protestos do mais profundo respeito.

Presidente

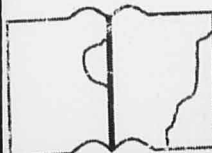
Vice-presidente

Secretarias

Thesoureira

Consultora juridica

*Cartas de que theor
foram enviadas aos
Dns. Mauricio Cardoso, Luis
Basil e João Cabral*



TEXTO DETERIORADO E/OU
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA
Damaged text.
Wrong binding

Rio, 12 de Dezembro de 1931

Exmo. Sr. Dr. Assis Brasil

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tem a elevada honra de passar ás mãos de V.Ex. as inclusas sugestões sobre o ante-projecto do alistamento eleitoral, approvadas em sessão da directoria e relativas ao voto feminino, cuja extensão pleiteamos nos termos da emenda ora offerecida á alta consideração de V.Ex.

Esperando que V.Ex. dispensará ao assumpto a attenção que elle merece, valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhe os nossos protestos do mais profundo respeito.

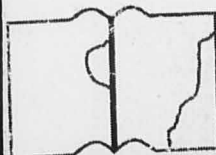
Bertha Lutz
Presidente
Márcia Eugénia Albuquerque
Armen Gelase do Coutinho

Vice-presidentes
Alice Pinheiro Coimbra
Ignor D. Mathiesen
Márcia Bandeira de Oliveira

Secretarias

Georgina Barbosa Vianna
Thesoureira

Orminde Bastos
Consultora jurídica



TEXTO DETERIORADO E/OU
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA
Damaged text.
Wrong binding

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

(ASSOCIAÇÕES FEMININAS FEDERADAS)

"Viribus unitis"

AV. RIO BRANCO, 111 - SALA 608
TELEPH. 3-5657

Rio de Janeiro, em 12 de Dezembro de 1931

Exmo. Sr. Dr. João Cabral

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tem a elevada honra de passar às mãos de V.Ex. as inclusas sugestões sobre o ante-projecto de alistamento eleitoral, approvadas em sessão da directoria e relativas ao voto feminino, cuja extensão pleiteamos nos termos da emenda ora offerecida á alta consideração de V.Ex.

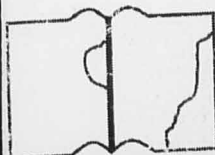
Esperando que V.Ex. dispensará ao assumpto a attenção que elle merece, valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhe os nossos protestos do mais profundo respeito.

Presidente

Vice-presidente

Secretarias

Thesoureira



TEXTO DETERIORADO E/OU
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA
Damaged text
Wrong binding

EMENDA AO ANTE-PROJECTO DE ALISTAMENTO ELEITORAL

Art. 7º - Redija-se nos seguintes termos:

" É eleitor, sem distincção de sexo, todo cidadão que tenha economia propria, de 21 annos, ou emancipado nos termos da lei civil, e que, nao incorrendo em nenhuma das prohibições do art. 11, se achar alisado no Registro Civico Nacional."

Arts. 8º e 9º e ns. 6 e 7 do art. 11 - Supprimam-se.

JUSTIFICAÇÃO

Apresentando a V. Excia a emenda acima, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino espera que, como representante do espirito renovador que ora nos dirige, a tomeis em consideração.

Das guerras e revoluções no mundo moderno resultou para a mulher, obreira da paz, o reconhecimento da justiça a que tinha direito e que, nas epochas de tranquillidade, em balde esperara.

Não pôde fugir a esse exemplo a Revolução Brasileira. A timida innovação que introduziu no ante-projecto do alistamento eleitoral, relativo ao voto feminino, só applausos recebeu. E, se houve censuras, visaram antes as excepções ao mesmo injustamente oppostas.

A favor dessas excepções nenhuma razão milita. Um criterio unico deve presidir a selecção dos eleitores, e nao um para cada sexo. Nada se tema pelo lar. Vela por elle, melhor que qualquer lei, o coração da brasileira. Que se lhe faça, ao menos, essa justiça.

- - - - -

